

Balanço do II Plano Decenal da Assistência Social

2016–2026

Avanços, limites avaliativos e diretrizes para o III Plano

Avanços sem comprovação integral

- O Plano orientou a assistência social entre 2016 e 2026.
- Houve expansão de ofertas, unidades, serviços e cobertura.
- A implementação foi heterogênea entre metas e territórios.
- Sem indicadores suficientes, não é possível comprovar cumprimento integral.

Legitimidade política e arquitetura estratégica

- A Resolução CNAS nº 7/2016 expressa deliberação conferencial e controle social.
- O Plano articula universalização, qualificação, renda e serviços.
- Gestão democrática, intersetorialidade e pacto federativo sustentam sua arquitetura.
- Sua legitimidade política exige responsabilidades compartilhadas.

Metas avaliáveis exigem critérios verificáveis

O problema

- As 27 metas misturam impactos, resultados, processos e entregas administrativas.
- Ação realizada não significa resultado alcançado.
- Cada tipo de meta exige critério próprio.

Requisitos mínimos

- Linha de base e indicador.
- Fórmula, valor-alvo e prazo.
- Fonte e periodicidade.
- Responsável e território.



A avaliação final exige evidências localizadas

- Organizar uma matriz verificável para as 27 metas.
- Cruzar documentos, séries históricas, dados administrativos e registros do controle social.
- Classificar cada meta como verificável, parcialmente verificável ou não verificável.
- Ausência de informação não comprova descumprimento.



Cenários não comprovam resultados

- Econômico, político, fiscal, sanitário e institucional.
- Esses cenários ajudam a explicar diferenças de execução.
- Devem ser hipóteses testadas por dados, não justificativas genéricas.
- O contexto explica resultados, mas não substitui a avaliação.

Participação social qualifica a avaliação

Quem participa

- Usuários e organizações.
- Trabalhadores e entidades socioassistenciais.
- Conselhos, gestores, CIT e CIBs.

O que a participação produz

- Interpreta indicadores, desigualdades e evidências qualitativas.
- Identifica barreiras e avalia a qualidade.
- Valida conclusões e recomendações.



Compromissos para um III Plano avaliável

- Gestores: pactuar metas territorializadas, indicadores, prazos, responsáveis e financiamento.
- Controle social: acompanhar a execução, examinar evidências e deliberar sobre correções de rumo.
- Compromisso compartilhado: assegurar acessibilidade e participação permanente.
- Dever público: divulgar resultados, corrigir trajetórias e prestar contas à sociedade.